

RELATÓRIO DE AUDITORIA PROGRAMADA

1. ORDEM DE SERVIÇO

2019/01258

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Objeto

Ensino público – ensino fundamental

2.2. Objetivo

Avaliar se a Rede Municipal de Educação do Município de São Paulo (RME-SP) tem propiciado aos usuários as condições necessárias a seu desenvolvimento, examinando pontos sensíveis à oferta de ensino de qualidade, a partir do mapeamento de aspectos estruturais, administrativos e pedagógicos das escolas de ensino fundamental da rede municipal.

2.3. Área auditada

Secretaria Municipal de Educação

2.4. Período de realização

De 11.03.2019 a 18.12.2019.

2.5. Período de abrangência

De 01.02.2018 a 18.12.2019.

2.6. Equipe técnica

Adriano Alves Doto

Registro TC nº 20.244

Bárbara Popp

Registro TC nº 20.178

Silvia Yuri Matsumoto

Registro TC nº 20.212

2.7. Procedimentos

- Atualização da quantidade de alunos e professores do ensino fundamental por Diretoria Regional de Ensino (DRE) na base do plano amostral e do Sistema Estatístico de Dados (SED), bem como de formulários eletrônicos padronizados e de questionários usados na primeira edição do Programa de Visitas às Escolas (PVE), utilizando o novo material em visitas-piloto, compostas por uma escola por tipo (EMEF, EMEBS, CEU EMEF e EMEFM).
- Seleção, por amostragem aleatória, das turmas do ciclo autoral (7º a 9º ano) de escolas da RME-SP e definição do tamanho das amostras – com segmentação por DRE – de professores e de alunos (estes sorteados pela equipe do PVE a partir da lista de matriculados constante do Sistema Escola On-Line - EOL) para aplicação de questionários, a partir de plano estatístico atualizado, desenvolvido pelo grupo de estatística da Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).
- Visitação às escolas selecionadas para entrevistas com servidores da área administrativa, coletando dados acerca da estrutura gerencial, administrativa e pedagógica da unidade escolar, por meio de preenchimento de formulários eletrônicos padronizados (via *tablet*).
- Vistoria dos prédios, contando com a companhia de representante da unidade escolar, a fim de colher dados, por meio de preenchimento de formulários eletrônicos padronizados e de registro fotográfico, acerca das condições de infraestrutura, acessibilidade, segurança predial, pintura, mobiliário, limpeza e alimentação escolar das escolas sorteadas.
- Aplicação de questionários aos gestores presentes na escola no momento da visita, a uma amostra de auxiliares técnicos de educação (ATEs), docentes (com quantidade definida no plano amostral) e alunos do ciclo autoral sorteados previamente, além de envio de bilhetes aos pais destes alunos, convidando-os a participar, por meio eletrônico, de pesquisa disponível na página do TCM na internet.
- Lançamento, no SED, dos dados colhidos por meio de formulário eletrônico padronizado e questionários.
- Ao término da fase de visitas, exportação dos dados do SED para Excel e lançamento das respostas dos pais de alunos fornecidas via internet, análise das informações e elaboração de relatório.

2.8. Siglas

AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
ATE	Auxiliar Técnico de Educação
CEU	Centro Educacional Unificado
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DRE	Diretoria Regional de Educação
EMEBS	Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEFM	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PME	Plano Municipal de Educação
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PTRF	Programa de Transferência de Recursos Financeiros
PVE	Programa de Visitas às Escolas
RME	Rede Municipal de Educação do Município de São Paulo
SED	Sistema Estatístico de Dados
SGP	Sistema de Gestão Pedagógica
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCMSP	Tribunal de Contas do Município de São Paulo

3. RESULTADO

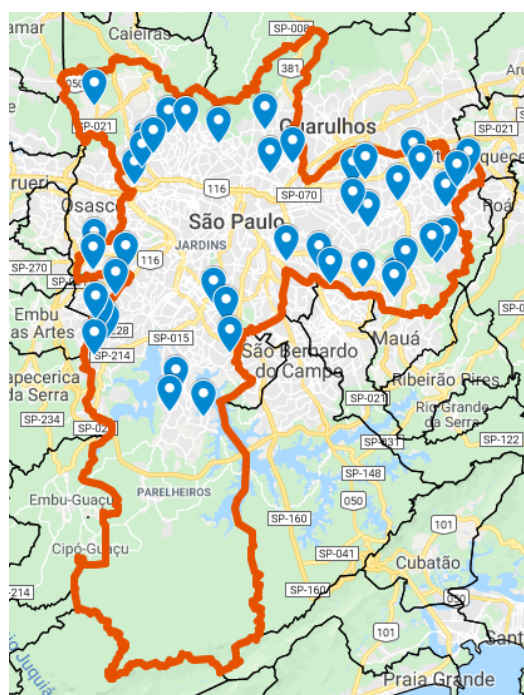
3.1. Introdução

O presente trabalho caracteriza-se como um conjunto de visitas técnicas realizadas para o acompanhamento simultâneo das ações educacionais do município, com o objetivo de avaliar se a RME-SP tem propiciado aos usuários as condições necessárias a seu desenvolvimento, examinando pontos sensíveis à oferta de ensino de qualidade, a partir do mapeamento de aspectos estruturais, administrativos e pedagógicos das escolas de ensino fundamental da rede municipal.

Inspirado no Programa de Visitas às Escolas, instituído pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro em 2003, o Programa de Visita às Escolas do TCMSP é dotado de plano amostral, desenvolvido pela SFC, de modo que seja possível a validação dos procedimentos utilizados, bem como a extrapolação das conclusões alcançadas ao longo do trabalho para o universo de escolas de ensino fundamental da rede municipal de educação de São Paulo.

Para a composição da amostra, foram sorteadas 46 escolas de todas as 13 DREs do município, visitadas ao longo do ano de 2019, na seguinte proporção: 43 EMEFs, uma EMEBS e duas EMEFMs¹, localizadas na figura 1.

Figura 1 – Localização geográfica das escolas visitadas



Fonte: Google Maps.

As informações foram obtidas por meio de formulários padronizados e questionários aplicados a gestores, professores, ATEs e alunos das unidades de ensino. Várias técnicas de auditoria operacional e de conformidade foram utilizadas durante as visitas, havendo vistoria das dependências da unidade escolar e entrevistas, interação entre os agentes de fiscalização do TCMSP, servidores e alunos das escolas.

¹ - EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental.
- EMEBS: Escola Municipal de Educação Bilingue para Surdos.
- EMEFM: Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio.

As visitas foram realizadas por duplas ou trios de agentes de fiscalização para acompanhar as condições gerais das unidades escolares.

Nos casos de situações que demandavam intervenção imediata, foram encaminhados memorandos ao Conselheiro Relator da pasta, com a descrição do problema encontrado.

Em 2019, foram encaminhados 16 memorandos pela equipe de auditores que foram convertidos em ofícios e encaminhados à SME. Os problemas urgentes com maior número de ocorrências foram falta de acessibilidade das unidades escolares, falta de professores, infiltrações, rachaduras e pedidos de reforma não atendidos.

Os indicadores presentes no relatório são ferramentas que podem auxiliar a Administração Pública no planejamento e na gestão de políticas públicas.

3.2. Metodologia

Para a coleta de dados, foram aplicados questionários, realizadas entrevistas com os gestores e registros fotográficos das fragilidades observadas e dos ambientes observados nas unidades, conforme descrito no apêndice 1 (peça 4).

3.3. Principais resultados encontrados

Os resultados gerais dos aspectos analisados durante as visitas encontram-se disponíveis no apêndice 2 (peça 5). Nos itens a seguir apresentam-se os principais resultados obtidos.

3.3.1. Funcionamento das escolas

Das escolas visitadas, 15,2% possuíam período integral em 2019. Dessas, a maioria oferecia período integral somente para o primeiro ano do ensino fundamental (85,7%) e apenas uma possuía período integral para todos os anos do ensino fundamental.

Pouco mais de uma em cada quatro escolas (26% das unidades visitadas) oferecia Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo que a DRE Capela do Socorro possuía mais de 60% das unidades da amostra com essa modalidade de ensino. Além disso, em três DREs (Freguesia/Brasilândia, Penha e São Miguel) não foram sorteadas escolas que oferecessem EJA.

3.3.2. Ambientes escolares

Exceções feitas às salas de leitura e de informática, encontradas em todas as escolas, foram observadas, conforme quadro 1, muitas diferenças entre as unidades, tanto com relação à organização dos espaços, quanto à criação de ambientes.

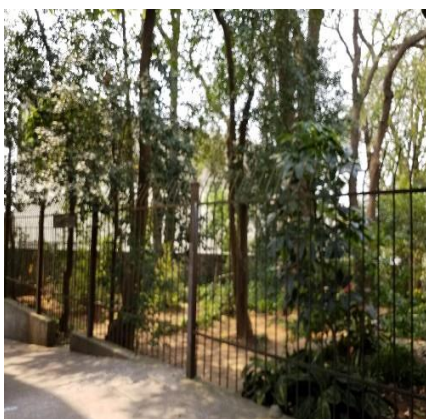
Quadro 1– Ambientes encontrados nas EMEFs visitadas

Ambiente	%
Quadra coberta	91,3
Parque Infantil	67,4
Área verde destinada a atividades pedagógicas	39,1
Sala de Vídeo	37,0
Brinquedoteca	32,6
Sala de Artes	21,7
Laboratório de Ciências	8,7
Auditório	6,5
Outros	34,8

Fonte: SED, 2019.

Observou-se a existência de alguns ambientes diferenciados, relacionados a projetos pedagógicos das unidades, bem como às atividades extracurriculares desenvolvidas no contraturno, como salas de balé, música, multimídia, jogos e recreação, pistas de corrida, de salto e bosques (fotos a seguir).

Figura 2 - Bosque



Fonte: SED, 2019.

Figura 3 - Pistas de corrida e de salto



Fonte: SED, 2019.

Figura 4 – Horta e meliponário²



Fonte: SED, 2019.

Figura 5 – Sala de balé



Fonte: SED, 2019.

Figura 6 – Sala de música



Fonte: SED, 2019.

Figura 7 – Auditório



Fonte: SED, 2019.

² Coleção de colmeias de abelhas sem ferrão (meliponíneos) de vários tipos.

Figura 8 – Espaço de convivência



Fonte: SED, 2019.

Figura 9 – Sala de jogos



Fonte: SED, 2019.

Vale frisar que as salas de leitura e de informática de todas as unidades visitadas apresentavam boas condições de uso.

Ponto de destaque é o baixo percentual de escolas com laboratório de ciências (8,7%), sobretudo quando levada em consideração a estratégia 3.11 do Plano Municipal de Educação (PME)³, a qual prevê que até 2025 sejam garantidos espaços para a prática esportiva e laboratórios de ciências em cada unidade escolar. A figura a seguir ilustra escolas com laboratório de ciências:

³ Lei nº 16.271, de 17 de setembro de 2015.

Figura 10 - Laboratório de Ciências



Fonte: SED, 2019.

3.3.3. Equipe gestora e administrativa

A maioria dos gestores que responderam o questionário a eles destinado (73,0%) atuava nas escolas em sua atual função havia cinco anos ou menos, e 8,0% exerciam a função havia mais de 15 anos.

Existiam, à época das visitas, 953 servidores na área administrativa, distribuídos entre as unidades visitadas. Desses, 35,5% eram servidores readaptados^{4,5}, exercendo diversas atividades, a depender do teor do laudo médico e das funções atribuídas pela equipe gestora da escola.

Dado significativo diz respeito à quantidade de professores readaptados e que, portanto, não exercem a docência. Somente nas escolas visitadas havia 296 docentes readaptados, uma média de 6,4 por escola. Apenas em três unidades escolares não havia docentes nesse enquadramento.

A qualificação formal declarada pelos gestores entrevistados está assim distribuída:

⁴ Lei nº 16.271, de 17 de setembro de 2015.

⁵ A Portaria nº 1.887, de 5 de março de 1.993, determina, em seu art. 1º, que a readaptação dos Profissionais do Ensino verificar-se-á quando ocorrer modificação do estado físico ou psíquico, comprovada através de inspeção médica, que resulte em contra indicação para algumas tarefas inerentes ao seu cargo ou com relação a certas condições ambientais de trabalho.

Quadro 2 – Gestores - Escolaridade

Escolaridade	%
Graduação	13,9
Pós-Graduação Lato sensu (especialização e aperfeiçoamento)	79,6
Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado)	5,8
Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado)	0,7

Fonte: SED, 2019

Observa-se a maioria dos gestores com títulos de pós-graduação. Além disso, 91,2% dos gestores entrevistados declararam costumar participar de cursos e eventos oferecidos pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), sendo que, para 95,6% deles, os cursos de formação contribuem para a melhoria da sua atuação.

Quanto à motivação, 93,3% dos gestores entrevistados declararam se sentir motivados a trabalhar na escola, enquanto 7,3% manifestaram interesse em se remover a outra escola. Dentre as principais causas de desmotivação, o número elevado de ausência de servidores e as condições precárias de funcionamento da escola se destacam, com 72,7% e 54,6% dos gestores que se declararam desmotivados, respectivamente.

Já com relação ao acúmulo de cargos e a rendimentos, 23,4% dos gestores declararam trabalhar em outra escola além da visitada e 57,5% dos gestores afirmaram não estar satisfeitos com sua remuneração.

Com relação à integração entre equipe gestora e docentes, 92,3% dos gestores consideraram que os trabalhos desenvolvidos por coordenadores, diretores e assistentes de direção eram bem recebidos pelo quadro docente da escola.

A Portaria SME nº 2139/08, alterada pela Portaria SME nº 2355/08, instituiu o módulo de ATEs por unidade escolar, a depender do número de salas. Todas as escolas visitadas contavam com o módulo estipulado na portaria, sendo que a variação se dá no número de servidores por unidade e em cada função, secretaria ou inspetoria.

Das 46 escolas visitadas, a menor possuía 301 alunos matriculados e cinco ATEs; e a maior contava com 1937 alunos e oito auxiliares. Esse dado demonstra haver diferenças consideráveis na proporção de alunos por ATE, uma vez que, somente entre as unidades visitadas, pode-se assinalar que a amplitude do indicador ficou entre 60,2 e 242,1 alunos por auxiliar técnico.

Dos 132 ATEs que responderam o questionário, 43,9% afirmaram ter ensino médio completo (exigência para acessar o cargo); 48,4%, graduação; e 7,6%, pós-graduação (especialização ou aperfeiçoamento). Além disso, 52,0% declararam participar regularmente de cursos e eventos de formação continuada, e 30,3% estava na mesma unidade havia mais de 6 anos.

Ademais, 70,9% dos ATEs declararam não estar satisfeitos com seu salário e 84,6% afirmaram se sentir motivados a trabalhar na unidade em que estavam.

Os problemas das escolas mais citados pelos ATEs foram:

Quadro 3 – Problemas mais citados pelos ATEs

Problema	%
Falta de segurança na escola	44,4
Falta de pessoal de apoio	43,6
Grande incidência de barulho	43,0
Problemas com internet	40,5
Ambientes quentes e frios	40,5

Fonte: SED, 2019.

Outro dado que chama atenção é o percentual de ATEs que declararam ter sofrido agressão verbal (56,8%). Já em referência a agressão física, 6,8% dos ATEs disseram já terem sido agredidos por alunos e/ou responsáveis pelos alunos.

3.3.4. Corpo docente

Mais da metade dos professores entrevistados (53,4%) lecionavam nas escolas visitadas havia mais de cinco anos (13,9% havia mais de 15 anos).

A estratégia 4.4 do PME prevê que SME estabeleça mecanismos de incentivo, até 2025, para a permanência de professores e membros das equipes técnicas nas unidades educacionais, “garantindo o desenvolvimento e a continuidade do trabalho pedagógico coletivo”.

Quanto ao acúmulo de cargos, 42,1% dos docentes afirmaram atuar em outra instituição de ensino (percentual bem superior aos 23,4% dos gestores), sendo dois terços destes na rede estadual e um quarto, na municipal. Além disso, 97,1% dos docentes que declararam acumular cargos, afirmaram ter outro cargo de professor. Essa proporção pode ser ainda

maior, dado que os questionários foram aplicados durante o horário coletivo dos docentes, do qual diversos professores não participam.

A grande quantidade de docentes com acúmulo de cargos é um dos fatores que impacta de maneira negativa a qualidade do ensino, uma vez que os professores têm jornadas duplas e até triplas, reduzindo o tempo disponível para descanso, atividades de lazer e até mesmo para planejamento e preparação de aulas.

A estratégia 4.2 do PME prevê que até 2025 sejam implementados planos de carreira para os profissionais do magistério público da educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

Os dados coletados atinentes à formação dos professores entrevistados foram os seguintes:

Quadro 4 – Professores – Escolaridade

Escolaridade	%
Graduação	28,2
Pós-Graduação Lato sensu (especialização e aperfeiçoamento)	64,7
Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado	6,6
Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado	0,5

Fonte: SED, 2019

A exemplo do que se observou com relação aos gestores das escolas, grande parte dos professores possuía títulos de pós-graduação. Ainda assim, a estratégia 4.7 do PME busca “estimular a ampliação do número de professores da Educação Básica com formação em nível de pós-graduação “lato” e “stricto sensu”, até o último ano de vigência deste Plano”.

Quanto à formação continuada, 87,8% dos professores entrevistados declararam participar regularmente de cursos e eventos oferecidos pela PMSP e 94,0% afirmaram acreditar que os cursos de formação contribuem para a melhoria da sua atuação.

Outros dados relevantes referentes ao corpo docente dizem respeito à desmotivação e à vontade de remoção (mudar para outra escola). Quase um em cada cinco professores entrevistados (18,2%) afirmaram ter interesse em se remover a outra escola, enquanto 22,7% sentiam-se desmotivados. Contudo, nesse caso foram constatadas diferenças significativas entre as escolas participantes, mesmo quando agrupadas por Diretorias

Regionais.

O quadro 5 apresenta a proporção de professores desmotivados e que desejavam remoção, destacando em verde as três DREs com os mais baixos, e em vermelho as três com os mais altos índices em cada indicador:

Quadro 5 – Percentual de professores desmotivados e que desejam se remover, por DRE

DRE	% de professores desmotivados	% de professores que desejam se remover
Butantã	41,3	25,0
Campo Limpo	14,3	16,0
Capela do Socorro	8,7	12,2
Freguesia/Brasilândia	11,1	22,2
Guaianases	19,5	17,5
Ipiranga	21,2	23,5
Itaquera	14,3	7,1
Jaçanã/ Tremembé	16,7	11,9
Penha	30,9	25,0
Pirituba	7,1	4,8
Santo Amaro	43,9	9,1
São Mateus	45,2	43,2
São Miguel	19,6	17,0

Fonte: SED, 2019.

Pode-se afirmar, a partir da análise das respostas dos professores, haver forte relação entre desmotivação e percepção das condições de trabalho nas unidades escolares, uma vez que as escolas das duas DREs com índices entre os mais altos de desmotivação (São Mateus em 1º e Butantã em 3º) e intenção de remoção (São Mateus em 1º e Butantã em 2º) também são as que apresentaram os dois percentuais mais altos de avaliação “ruim ou muito ruim” das condições de trabalho na unidade – 14,0% e 6,8%, respectivamente –, na perspectiva dos professores. Por outro lado, as escolas visitadas das DREs Capela do Socorro, Jaçanã/Tremembé e Freguesia/Brasilândia foram as que apresentaram os melhores índices de avaliação das condições de trabalho na escola, segundo os professores, com percentuais superiores a 75% nos conceitos “bom ou muito bom”.

Ademais, as principais razões apontadas pelos docentes para desmotivação foram a indisciplina dos alunos e a falta de participação dos pais, com 74,4% e 63,4% das respostas, respectivamente. Vale destacar que para os professores das escolas visitadas das DREs São Mateus e Freguesia/Brasilândia, a principal causa de desmotivação é a

estrutura física precária da unidade escolar (81,0% e 83,3% das respostas, respectivamente), enquanto para os das escolas das DREs Campo Limpo e Pirituba, é a violência no bairro (84,6% e 66,7%, respectivamente). Essa diversidade de respostas revela a complexidade da rede e as especificidades das diversas regiões do município.

Apurou-se, também, que apenas 15,3% dos professores consultados declararam estar satisfeitos com sua remuneração, com o índice de insatisfação variando entre 70,5% (DRE São Mateus) e 93,5% (DRE Butantã).

Esse resultado destoa bastante do observado nas respostas dos gestores, em que 42,5% afirmaram estar satisfeitos, e mesmo das respostas dos ATEs, uma vez que 29,1% se declararam satisfeitos com seus rendimentos.

3.3.5. Condições de trabalho e de funcionamento das escolas

Sobre as condições de funcionamento das escolas, foi solicitado a todos os grupos de entrevistados (gestores, professores e alunos e pais) que indicassem os problemas mais graves encontrados em cada unidade.

O quadro abaixo apresenta os três problemas mais citados por DRE e por grupo:

Quadro 6 - Problemas mais relatados por DRE (citados pela maioria dos entrevistados em cada grupo)

DRE	Gestores	Professores	Alunos
Butantã	Problemas com Internet; falta de acessibilidade do prédio; falta de pessoal de apoio.	Falta de participação dos pais; problemas com Internet; excesso de alunos em sala de aula.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; agressão entre alunos; condições precárias dos banheiros.
Campo Limpo	Problemas com Internet; falta de segurança na escola; falta de participação dos pais.	Falta de segurança, problemas com Internet; falta de participação dos pais.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; falta de segurança; agressão entre alunos.
Capela do Socorro	Falta de acessibilidade do prédio; indisciplina dos alunos; problemas com Internet.	Falta de acessibilidade do prédio; problemas com Internet; grande incidência de barulho.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; condições precárias dos banheiros; falta de professor.
Freguesia/Brasilândia	Problemas com Internet; falta de participação dos pais; Dimensões dos ambientes incompatíveis com o número de alunos.	Problemas com Internet; excesso de alunos em sala de aula; carência de materiais e equipamentos.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; condições precárias dos banheiros; agressão entre alunos.
Guaianases	Falta de acessibilidade do prédio; problemas com Internet; falta de pessoal de apoio.	Falta de participação dos pais; problemas com Internet; indisciplina dos alunos;	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; condições precárias dos banheiros; falta de professor.
Ipiranga	Grande incidência de barulho; problemas com Internet; falta de pessoal de apoio.	Problemas com Internet; carência de materiais e equipamentos; falta de acessibilidade do prédio.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; condições precárias dos banheiros; falta de segurança na escola.

Itaquera	Problemas com Internet; falta de pessoal de apoio; excesso de alunos em sala de aula.	Problemas com Internet; excesso de alunos em sala de aula; falta de participação dos pais.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; agressão entre alunos; condições precárias dos banheiros;
Jaçanã/ Tremembé	Problemas com Internet; ambientes quentes/frios; indisciplina dos alunos.	Problemas com Internet; falta de participação dos pais; falta de acessibilidade do prédio.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; condições precárias dos banheiros; ambientes quentes/frios.
Penha	Problemas com Internet; falta de acessibilidade do prédio; indisciplina dos alunos.	Problemas com Internet; indisciplina dos alunos; falta de participação dos pais.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; condições precárias dos banheiros; ambientes quentes/frios.
Pirituba	Falta de segurança na escola; falta de acessibilidade do prédio; excesso de alunos em sala de aula.	Problemas com Internet; falta de participação dos pais; falta de segurança na escola;	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; agressão entre alunos; ambientes quentes/frios.
Santo Amaro	Falta de segurança na escola; falta de participação dos pais; falta de pessoal de apoio.	Falta de participação dos pais; problemas com Internet; falta de pessoal de apoio.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; agressão entre alunos; condições precárias dos banheiros;
São Mateus	Problemas com Internet; falta de segurança na escola; instalações inadequadas e/ou danificadas.	Problemas com Internet; carência de materiais e equipamentos; grande incidência de barulho.	Condições precárias dos banheiros; falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; agressão entre alunos;
São Miguel	Falta de acessibilidade do prédio; instalações inadequadas e/ou danificadas; falta de participação dos pais.	Problemas com Internet; falta de acessibilidade do prédio; falta de participação dos pais.	Falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros; agressão entre alunos; falta de segurança na escola.

Fonte: SED, 2019.

Quanto à avaliação da escola pela comunidade escolar, 59,0% dos professores consideraram suas condições de trabalho boas ou muito boas e 3,9%, ruins ou muito ruins.

A opinião dos alunos acerca da qualidade da escola mantém boa correlação com a dos pais que responderam os questionários, uma vez que 69,6% dos estudantes entrevistados avaliaram a unidade em que estudam como boa ou muito boa, enquanto 71,4% dos responsáveis consideraram a escola do seu filho boa ou muito boa.

O problema mais citado por gestores (59,7%) e professores (74,0%) diz respeito ao acesso à internet. Consta do Programa de Metas da PMS, para o biênio 2019/2020, a implementação de internet de alta velocidade em 100% das unidades escolares (meta 22.5).

Outro problema muito citado por professores (56,5%) e gestores (43,3%) foi a falta de participação dos pais no cotidiano da escola. Esse ponto pode ser corroborado pelo nível

de adesão dos pais à pesquisa realizada pela equipe de auditores. Foram enviados, por meio dos alunos entrevistados, 644 bilhetes com o *link* do questionário *on-line* para os pais, mas somente 30 responderam a pesquisa.

Ainda sobre a participação dos pais ou responsáveis no dia a dia da escola, 37,1% dos gestores entrevistados a qualificaram como boa ou muito boa; 49,2%, razoável; e 13,6%, ruim.

A opinião dos pais sobre esse item também valida a avaliação dos gestores, uma vez que 43,3% dos responsáveis que responderam o questionário avaliaram sua participação nas atividades da escola como razoável; e 6,7%, ruim. Já 96,7% dos pais ou responsáveis opinaram que deveriam participar mais no dia a dia da escola.

A percepção dos alunos sobre os problemas da escola condiz com o que foi encontrado na vistoria dos prédios, uma vez que dois dos problemas mais relatados pelos alunos foram a falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros dos alunos (72,7%), bem como as condições precárias dos sanitários (47,7%), o que pode ser constatado pelas fotos a seguir:

Figura 11 – Teto danificado



Fonte: SED, 2019.

Figura 12 – Porta danificada



Fonte: SED, 2019.

Figura 13 – Falta de assento nos vasos sanitários



Fonte: SED, 2019.

Figura 14 – Falta de papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido



Fonte: SED, 2019.

Figura 15 – Falta de suporte para papel toalha e sabonete líquido



Fonte: SED, 2019.

Figura 16 – Falta de suporte para papel higiênico



Fonte: SED, 2019.

Praticamente empatada com as condições precárias dos banheiros, a agressão entre alunos foi problema bastante citado pelos próprios estudantes, tendo sido lembrada por 46,5% dos alunos entrevistados.

Com relação aos casos de agressões sofridas pelos servidores das escolas:

- 51,9% dos gestores e 64,1% dos professores entrevistados relataram ter sofrido, ao menos uma vez, agressão verbal de aluno ou responsável de aluno na unidade visitada;
- 3,7% dos gestores e 14,0% dos professores que responderam os questionários declararam ter sido vítimas de agressão física de aluno ou responsável por aluno.

A seguir são apresentados os dados atinentes a agressões sofridas por professores, segundo os próprios docentes que responderam o questionário:

Quadro 7 – Percentual de agressão a professores por DRE, segundo os docentes entrevistados

DRE	Agressão Verbal (%)	Agressão Física (%)
Butantã	64,5	15,6
Campo Limpo	60,4	14,3
Capela do Socorro	53,1	14,3
Freguesia/Brasilândia	47,7	11,1
Guaianases	68,3	22,0
Ipiranga	69,7	9,1
Itaquera	71,8	17,1
Jaçanã/ Tremembé	50,0	7,3
Penha	73,3	8,9
Pirituba	75,0	14,3
Santo Amaro	88,6	23,3
São Mateus	61,4	13,3
São Miguel	48,9	8,9

Fonte: SED, 2019.

O quadro destaca em verde as DREs com os três menores e em vermelho com os três maiores percentuais nos dois indicadores levantados. O percentual de agressão verbal a professores é bastante elevado: ultrapassa 50% em dez das treze DREs do município.

Percebe-se também que nas DREs Guaianases, Itaquera e Santo Amaro, que apresentam os índices mais elevados de agressão física, a agressão entre alunos também foi um dos problemas mais citados pelos estudantes (lembrada por 55% dos alunos das escolas da DRE Santo Amaro que responderam o questionário).

Destaca-se que o PME possui estratégia (3.18) que tem como objetivo “garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação de educadores para detecção dos sinais de suas causas extraescolares,

favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade”.

Quanto aos aspectos que envolvem a segurança da comunidade escolar e preservação do patrimônio público, 65,2% dos gestores que receberam a equipe de auditores consideraram a frequência da ronda escolar insatisfatória e 6,5% afirmaram não haver ronda na escola.

Além disso, 26,1% das escolas sofreram invasão, assalto ou furto ao longo de 2018, sendo que 6,7% não possuíam vigilantes; em 66,6%, o serviço era realizado por empresa terceirizada e em 26,7%, por vigia da PMSP (servidor efetivo com cargo em extinção na vacância).

De acordo com os pais que responderam o questionário, 55,2% avaliaram haver problemas envolvendo a segurança da escola. Apesar dessa percepção, 70,0% desses pais consideraram que seu filho estava seguro na unidade escolar.

Em 3 de julho de 2019, foi publicado o decreto municipal nº 58.840, instituindo o programa de grêmios estudantis na rede municipal de ensino de São Paulo. O objetivo do programa é fomentar a participação dos estudantes no cotidiano da unidade escolar, bem como incentivar o exercício da cidadania e o engajamento democrático. O fortalecimento dos grêmios estudantis também compõe a estratégia 12.7 do PME.

Levantou-se o percentual de escolas com grêmios estudantis em funcionamento, constando-se que 41,3% das escolas possuíam grêmios em atividade.

Os dados levantados pela auditoria ainda não refletem totalmente o impacto do programa de fomento à participação estudantil no número de grêmios nas escolas, visto que parte das visitas técnicas foi realizada em período anterior à instituição do mencionado programa governamental.

3.3.6. Recursos recebidos

a) Verbas municipais e federais

Das escolas visitadas, apenas uma declarou não ter recebido o PTRF (Programa de Transferência de Recursos Financeiros) e todas declararam ter recebido a verba do PDDE

(Programa Dinheiro Direto na Escola). De acordo com os dados constantes no Sistema de Orçamento e Finanças da PMSP e no Sistema PDDEREx do Governo Federal, as escolas visitadas receberam, em média, R\$ 95,0 mil de PTRF e R\$ 22,4 mil de PDDE no exercício de 2018.

Destaque-se que, no referido ano, as unidades educacionais receberam recursos financeiros extraordinários, por meio do *PTRF – Volta às aulas*, destinados, prioritariamente, à realização de serviços essenciais ao início das aulas.

Foi apurado, também, que quase 40% dos gestores que receberam a equipe do PVE declararam que em 2018 a escola passou por obras realizadas por meio de dispensa de licitação, a maioria delas feita na parte hidráulica (37%), elétrica (25%) e na cobertura – telhado (25%).

b) Material escolar

Em 2019, para verificação da entrega efetiva do material escolar aos alunos, perguntou-se aos estudantes quais itens do kit escolar eles haviam recebido. Quase 90% dos alunos sorteados declararam ter recebido praticamente todos os itens do kit; a exceção foi a cola branca (pouco mais de 55,8% dos alunos disseram ter recebido esse item).

Notou-se também, durante o preenchimento dos questionários, que grande parte dos alunos dos 7º, 8º e 9º anos sorteados desconhecia os itens “esquadro” e “transferidor”, o que constitui indício de que tais itens não devem ser muito utilizados nas aulas. Depois da cola branca, esses itens foram os que tiveram menor percentual de lembrança de recebimento pelos alunos, com 66,1% e 65,2% de citações, respectivamente.

Com relação ao material didático, 45,5% dos professores entrevistados declararam não haver livros didáticos⁶ suficientes para todos os alunos.

c) Uniforme

Quanto ao uso do uniforme, perguntaram-se quais peças do uniforme os alunos usavam e a camiseta foi o item mais citado pelos estudantes sorteados, com pouco mais de 84,0% de adesão. No outro extremo está o tênis, com pouco mais de 14,0% de adesão. A adesão

⁶ Os livros didáticos da RME são distribuídos pelo FNDE através do Programa Nacional do Livro Didático.

dos demais itens citados foi: meia, 34,7%; jaqueta ou blusão, 17,4% e calça ou bermuda, 14,9%. Além disso, 11,0% dos alunos declararam não usar nenhuma peça do uniforme.

Sobre os motivos alegados pelos alunos para o não uso do uniforme, destacam-se:

Quadro 8 – Uniforme – motivos para não utilização

Motivo pelo qual não usa o uniforme completo	%
Acho o uniforme feio	55,3
Não se ajusta ao corpo	20,2
Falta de qualidade (desconfortáveis, frios, tecido fino, rasgam facilmente)	38,1
O uso do uniforme não é obrigatório	12

Fonte: SED, 2019

Entender os motivos pelos quais os alunos não fazem uso do uniforme é importante, uma vez que a SME gasta anualmente cerca de 100 milhões de reais para o fornecimento dessas peças. Há que se repensar, portanto, a utilização e adesão aos uniformes para que as políticas de aquisição e distribuição sejam mais efetivas.

3.3.7. Inclusão

Segundo 47,7% dos gestores que responderam o questionário, nem todos os alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que apresentaram laudo médico recebiam atendimento educacional especializado.

O laudo médico não é documento obrigatório para o atendimento educacional do aluno, de acordo com o disposto na Portaria nº 8.764/16; porém, por ser expedido por profissional habilitado e conter o diagnóstico clínico do aluno, constitui-se fonte de informações importante que viabiliza a adequação das propostas pedagógicas às necessidades dos alunos.

A estratégia 8.16 do PME prevê a garantia de atendimento educacional complementar ou suplementar, preferencialmente em salas de recursos multifuncionais ou nos serviços especializados conveniados, a todos os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de educação básica até 2025. Assim, é necessário ampliar o atendimento oferecido atualmente para que se possam contemplar os alunos que já possuem laudo e os que

ainda estão em processo de avaliação.

3.3.8. Aspectos pedagógicos

Apurou-se que quase a totalidade das escolas (88,6%) registrou ausência de professor no momento da visita; embora, para 24,6% dos alunos que responderam os questionários, os professores nunca faltam. Na percepção dos estudantes, as disciplinas cujos professores mais faltavam, em ordem decrescente, eram Educação Física (21,7%), Informática – Professor Orientador da Sala de Informática (18,2%), Ciências e Artes (13,6%); e os que menos faltavam: Língua Portuguesa (7,1%), Matemática (7,6%) e História (8,4%).

Dentre as soluções relatadas pela equipe gestora para suprir a falta do professor, destacam-se a permanência de alunos em outros espaços (aula vaga) e a dispensa de estudantes. A percepção dos alunos sobre as ausências dos professores coincidiu com o que foi relatado pela gestão: 30,8% dos estudantes afirmaram ficar com aula vaga e 6,6% relataram ser dispensados quando os docentes faltavam.

Outro dado relevante acerca das faltas dos professores diz respeito às declarações dos ATEs: 38,2% afirmaram que às vezes ficavam em sala de aula, no caso de falta de professor.

Durante as visitas, verificou-se o número de professores regentes (titulares) e em módulo (substitutos) para o ensino fundamental II. Em 2017, a SME publicou nova portaria⁷ que readequou o módulo docente nas escolas, determinando que:

III – Nas Unidades de Ensino Fundamental II:

a) com 01(uma) a 08 (oito) classes:

- um professor regente para cada bloco de 25 (vinte e cinco) ou 24 (vinte e quatro) aulas na impossibilidade de composição em decorrência da Matriz Curricular, ou, um professor por disciplina com quantidade de aulas em número inferior a 24 (vinte e quatro) horas-aula semanais.

b) com mais de 09 (nove) classes:

- um professor regente para cada bloco de 25 (vinte e cinco) ou 24 (vinte e quatro) aulas na impossibilidade de composição em decorrência da Matriz Curricular;

- um professor por disciplina com quantidade de aulas em número inferior a 24 (vinte e quatro) horas-aula semanais;

⁷ Portaria SME nº 7.779, de 27 de setembro de 2017.

- um professor por área de conhecimento/disciplinas da Base Comum Nacional: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física e da Parte Diversificada: Inglês.

Fez-se a análise do quadro docente das escolas visitadas e constatou-se que, de acordo com a norma, a 24,4% delas não se aplicava a permanência de professor de módulos, dado que tais unidades escolares tinham menos de nove salas. Em 73,5% das escolas com nove salas ou mais foram encontradas divergências entre a realidade observada e o disposto na portaria, uma vez que não havia professores de módulo em ao menos uma das áreas determinadas pelo normativo, conforme segue:

Quadro 9 – Falta de professores em módulo por área de conhecimento

Área do conhecimento ⁸	% de escolas sem professores no módulo
Linguagens	11,8
Matemática	41,2
Ciências da Natureza	35,3
Ciências Humanas	29,4

Fonte: SED, 2019

Ao analisar a falta de professores em módulo por DRE, chega-se à seguinte constatação: nas DREs Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia/Brasilândia, Santo Amaro, São Mateus e São Miguel, nenhuma das escolas possuía quadro de módulo completo e compatível com o disposto na portaria, sendo que em Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Santo Amaro e São Miguel foram encontradas escolas com falta de professor de módulo em três áreas de conhecimento.

Quanto aos professores regentes, em duas das escolas visitadas constatou-se quadro incompleto de docentes (em ambas havia carência de professor de Língua Portuguesa).

Foram levantadas no Sistema EOL as classes disponíveis (sem professor) em 14.11.2019, para as 46 escolas visitadas ao longo do ano. Constatou-se que, do total de classes, 7,9% estavam disponíveis; ou seja, sem aulas atribuídas a algum professor.

Em suma, com base nas análises realizadas sobre o corpo docente, pode-se afirmar haver indícios de que o direito à educação, previsto pela Constituição Federal no seu art. 205, está sendo desrespeitado, impactando diretamente no desempenho dos alunos e

⁸ Foram consideradas as áreas do conhecimento dispostas na BNCC, a saber: Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira); Matemática, Ciências da Natureza (Ciências) e Ciências Humanas (História e Geografia). Não se considerou Ensino Religioso por não se ter feito o levantamento dos professores que ministram essa disciplina as escolas.

reverberando nos resultados das avaliações externas.

Sobre a utilização dos ambientes pedagógicos existentes nas escolas, 87,5% dos alunos entrevistados declararam utilizar a sala de informática uma vez por semana, 87,4%, a sala de leitura e 93,8% dos alunos entrevistados afirmaram utilizar a quadra duas ou mais vezes por semana. Os índices ficam muito próximos do que determina a legislação municipal: uma aula semanal na sala de leitura e no laboratório de informática e duas aulas semanais de educação física.

Deve-se observar, também, que a maioria dos alunos entrevistados apontou como situação corriqueira em sala de aula o fato de os professores serem obrigados a esperar muito pelo silêncio dos alunos (85,1%) e a existência de barulho e desordem na sala de aula (65,7%). Vale reiterar que a indisciplina dos alunos foi o fator de desmotivação mais citado pelos professores (74,4%).

Ao fazer sua autoavaliação, os alunos entrevistados declararam, em sua maioria, acompanhar (81,1%) e copiar a matéria (82,1%), realizar as atividades propostas pelo professor (67,8%) e fazer lição de casa (60,6%), ao passo que 79,2% dos professores afirmaram ter como prática passar lição de casa. No entanto, 27,4% afirmaram não entender a matéria, 21,7% disseram sentir falta de orientação para os estudos e 19,0% admitiram não ficar quietos durante as aulas.

Esses dados revelam que ainda é necessário repensar as dinâmicas em sala de aula, pois os indicadores demonstram que as atuais estratégias de ensino e formas de organização do tempo de aula resultam em altos índices de barulho e desordem.

Com relação ao Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), 96,3% dos professores declararam realizar o registro de notas e faltas e 96,1%, o registro do conteúdo ministrado. Quanto ao uso do sistema para comunicação com pais e alunos, 55,8% afirmaram fazer registro de orientação de estudos para alunos e 38,4%, comunicação com pais.

Quanto à avaliação externa, perguntou-se aos professores que tipo de uso eles faziam dos resultados das avaliações externas, sendo que 73,1% afirmaram usar os resultados para replanejamento das aulas e 51,1%, fazer devolutiva para os alunos. A mesma pergunta foi feita para os gestores das unidades e 93,5% disseram haver utilização dos resultados para reorientação do trabalho pedagógico e 58,7% declararam haver

devolutiva para os alunos na unidade escolar.

Destaca-se que pouco mais da metade das escolas visitadas e dos professores entrevistados afirmaram fazer devolutiva das avaliações para os alunos, revelando aspecto que demanda mais observação, a fim de entender quais são os motivos que levam boa parte das escolas e professores a não darem retorno dos resultados nas avaliações aos estudantes, justamente os mais interessados nas informações sobre seu próprio desempenho.

Deve-se lembrar que está expresso no Programa de Metas, para o biênio 2019/2020, como um dos objetivos (objetivo 21), “melhorar o desempenho dos alunos no ensino fundamental”, consubstanciando-se na meta 21.1 “atingir 6,5 no IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental” e na meta 21.2, “atingir 5,8 no IDEB dos anos finais do ensino fundamental” (notas médias) até o fim de 2020.

Vale informar que não foram identificadas medidas efetivas da SME, com vistas a materializar as metas definidas no Programa de Metas atinente ao biênio 2019/2020, quanto ao desempenho dos alunos do ensino fundamental em avaliações externas. A questão do desempenho fica a cargo de cada escola, havendo, inclusive, casos de unidades que adotam visão mais abrangente acerca da matéria, trazendo diversos aspectos, tais como cidadania e autonomia dos alunos, ao conceito de desempenho. Por outro lado, deve-se informar não ter sido possível detectar, em muitas das escolas visitadas, existência de medidas acerca do tema desempenho.

Sobre avaliação institucional, 64,1% das unidades declararam não fazer uso de nenhum tipo de avaliação, além da enviada anualmente pela SME, 30,8% afirmaram realizar avaliação entre professores e gestão, em 15,4%, a escola era avaliada pelos pais, em 12,8%, pelos alunos, e em 5,1%, pela comunidade local.

Cabe ressaltar que a meta 3.4 do PME prevê que, até 2025, as unidades “combinem processos de avaliação dos sistemas de ensino com autoavaliação das unidades educacionais, de modo a assegurar que o conjunto da comunidade escolar (profissionais, familiares e comunidade local) se reúna para avaliar, com autonomia, as dificuldades e sucessos existentes”.

3.3.9. Infraestrutura

a) Limpeza predial

Observou-se que todos os edifícios visitados estavam em boas condições gerais de limpeza, dado que mantém boa correlação com a opinião dos alunos consultados, uma vez que 86,0% deles consideraram limpa a escola em que estudavam.

b) Acessibilidade

Dentre as 46 escolas visitadas, 28 (60,9%) estavam instaladas em prédios não acessíveis (deficientes físicos não conseguem chegar a todos os ambientes) e em 22,2% delas não havia sanitários específicos para deficientes.

As DREs com piores condições de acessibilidade (nenhuma escola visitada acessível) foram Capela do Socorro, Guaianases, Jaçanã/Tremembé, Penha e São Miguel. Tal fato também foi o problema mais mencionado pelos gestores em três dessas cinco DREs, a saber: Capela do Socorro (88,8%), Guaianases (62,5%) e São Miguel (100%). Nenhuma DRE possuía todas as escolas com acessibilidade na amostra visitada.

Os dados demonstram a necessidade de realização de adaptações nas unidades escolares para que se possa cumprir o estabelecido na LF nº 10.098/00 em seu art. 211. A adequação arquitetônica para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência também consta como estratégia no PME (meta 8.5).

c) Banheiros

Durante as visitas, constatou-se que praticamente uma em cada cinco escolas (17,8%) não contam com banheiros de alunos em bom estado de conservação⁹. Além disso, foi encontrado sabonete líquido em somente uma a cada quatro unidades escolares visitadas (25,6%) e papel toalha em 30,2% delas. Em 25,6% das escolas não foi encontrado papel higiênico nos banheiros à disposição dos alunos. Ademais, em 58,1% das escolas não foram encontrados assentos nos vasos sanitários.

Em praticamente todas as escolas visitadas (97,7%), há banheiros destinados exclusivamente a adultos (docentes, gestores e servidores), sendo que em boa parte

⁹ Foram utilizados como critérios de conservação aspectos estruturais como infiltrações, rachaduras, piso, pias e torneiras quebradas.

delas, esses sanitários estão em condições bastante diferentes daquelas observadas nos banheiros dos alunos.

Esses dados são corroborados pelas respostas dos alunos, uma vez que 72,7% dos estudantes sorteados apontaram falta de papel higiênico e sabonete líquido, e 47,7%, condições precárias dos banheiros como principais problemas das escolas.

d) Cozinhas, refeitórios e merenda escolar

Para o ano de 2019, foram acrescentados alguns pontos de verificação aos que já constavam do programa em 2018, referentes à merenda escolar, tais como afixação de cardápio em local visível para os alunos, porcionamento, medição e controle de refeições servidas.

- Condições da cozinha e refeitório

À semelhança da primeira edição do PVE, encontramos poucos problemas nas cozinhas visitadas. O problema mais comum encontrado foi a ausência de telas milimétricas nas portas.

Quanto aos refeitórios, todas as escolas possuíam refeitórios em bom estado, sendo que em apenas duas unidades foi encontrado mobiliário em mau estado de conservação. Observou-se grande variedade de formas de organização dos refeitórios, sendo que algumas escolas contavam com refeitórios organizados em estilo de praça de alimentação, como pode ser visto nas figuras a seguir:

Figuras 17 e 18 – Praça de alimentação



Fonte: SED, 2019.



Fonte: SED, 2019.

- Cumprimento e publicidade do cardápio

Os contratos de merenda firmados entre a SME e as empresas terceirizadas preveem que as empresas devem seguir o cardápio elaborado por CODAE, sendo sua alteração permitida somente com autorização da mesma. Também preveem que as empresas devem fornecer uma cópia dos mesmos à unidade escolar, que deve mantê-los no refeitório em local de fácil acesso¹⁰.

Isso posto, pode-se afirmar que em 9,7% das unidades, o cardápio estabelecido por CODAE não fora cumprido no dia da visita. Ainda sobre a matéria, para 40,0% dos alunos que responderam os questionários, a refeição servida sempre condiz com o estabelecido no cardápio; para 34,4%, às vezes; para 6,5%, quase nunca; e para 4,2%, nunca.

Quanto à afixação do cardápio no refeitório, observou-se o descumprimento dessa determinação em 22,2% das escolas visitadas, percentual semelhante à declaração dos alunos, uma vez que 26,3% deles responderam que o cardápio não fica afixado no refeitório.

- Porcionamento e controle das refeições servidas

Os porcionamentos das refeições (lanche, almoço e jantar) são estabelecidos pelas nutricionistas da CODAE, variam de acordo com a faixa etária dos alunos e são

¹⁰ Itens 3.10 e 3.11 do Edital nº 78/SME/CODAE.

estabelecidos de acordo com as necessidades nutricionais de cada grupo etário. Dessa forma, também o cálculo para pagamento às empresas está baseado nos valores *per capita* que são consumidos de cada tipo de alimento. Os manuais de porcionamento estão disponíveis no site da SME.

Durante as visitas, foi acompanhada a dinâmica de merenda em algumas escolas, tendo sido feita a pesagem de 73 pratos. Desses, 34 (46,6%) apresentaram porcionamento menor do que o estipulado nos manuais de SME. Tal apontamento já consta de outros trabalhos de auditoria¹¹ realizados por esta corte.

Essa constatação merece atenção, uma vez que a inobservância do porcionamento estipulado priva os alunos da ingestão dos nutrientes necessários para seu crescimento saudável. Além disso, muitas vezes o porcionamento inadequado gera a necessidade de repetição das refeições, ocasionando pagamento em duplicidade por parte de SME; ou seja, paga-se pela refeição em quantidade incorreta e paga-se novamente pela repetição, que não seria necessária, caso o porcionamento se desse conforme o estipulado em contrato. Vale mencionar que 37,6% dos alunos responderam repetir as refeições frequentemente.

Os contratos de CODAE estabelecem diferentes formas de controle das refeições servidas, para efeito de pagamento às empresas terceirizadas: instalação de catracas nos refeitórios, distribuição de fichas aos alunos, contador manual, contagem de utensílios ou balança (autosserviço)¹².

Nas visitas, foram identificados os seguintes métodos: ficha (34,2%), contagem de utensílios (10,5%) e pesagem de *réchauds* do autosserviço (5,2%). Porém, em 23,6% das unidades, os gestores declararam, como método de controle, a contagem dos alunos presentes no dia, e em 26,3%, a equipe de auditoria não identificou, ao acompanhar a distribuição de refeições, nenhum tipo de controle.

Tais dados demonstram que ainda são frágeis as medições efetuadas nas escolas para efeito de pagamento, constatação presente também em outros trabalhos de auditoria realizados em contratos de merenda¹³.

¹¹ TC nº 14314/19.

¹² Item 1.3 do Edital nº 78/SME/CODAE.

¹³ Constatação contida no relatório do TC nº 12803/19.

Outro ponto que merece destaque consiste no fato de que apenas 10,8% das unidades dispunham de autosserviço. Esse é um aspecto para reflexão, uma vez que 40% das escolas municipais de educação infantil¹⁴ já adotam, como prática pedagógica, o autosserviço, e são esses mesmos alunos que, quando chegam ao ensino fundamental, deparam com o prato feito e, em alguns casos, com pratos de plásticos e colheres.

- Consumo da merenda

Quanto à periodicidade de consumo das refeições servidas na escola, 31,9% dos alunos afirmaram comer na escola todos os dias, 39,1%, de uma a quatro vezes por semana e 29,0% declararam nunca comer as refeições oferecidas pela unidade escolar.

Com relação às causas para a não ingestão diuturna das refeições oferecidas pela escola, aqueles que afirmaram não comer todos os dias na escola apontaram:

Quadro 10 – Alimentação – adesão dos alunos à merenda

Motivo pelo qual não come todos os dias na escola	%
Almoço/janto em casa	35,9
Não gosto da comida do dia	31,8
Fila longa para se servir	26,0
Comida ruim	12,8
Horário da refeição	11,2
Cozinha ou refeitório sujo(s)	1,8

Fonte: SED, 2019

Como já verificado em 2018, a principal razão alegada pelos alunos para não aderirem às refeições oferecidas pela escola não tem relação com questões internas à unidade escolar, dado que boa parte dos alunos declarou preferir comer em casa (35,8%). Porém, em mais um ano, o segundo motivo mais citado (31,8% dos alunos), está relacionado com o cardápio – não aceitação do preparo do dia.

Sobre os tipos de proteínas recusadas pelos alunos, em primeiro lugar, citado por 44,8% dos estudantes sorteados, está o peixe, seguido pelo ovo (40,1%) e pela proteína de soja, com 37,4%. Os alimentos com menores índices de rejeição foram as carnes de frango e bovina (3,9% cada). Faz-se necessário estudo mais aprofundado acerca da rejeição desses alimentos, uma vez que todos estão presentes semanalmente no cardápio das

¹⁴ Levantamento realizado por CODAE entre agosto e setembro de 2019 em 305 Escolas Municipais de Educação Infantil.

EMEFs, de acordo com o esquema alimentar de CODAE¹⁵.

Chama também atenção o percentual de alunos que reclamaram da fila longa para pegar a merenda (25,9%) e do horário da refeição (11,2%). Ambas as reclamações devem ser objeto de análise pela gestão de cada escola, para que se possa chegar a uma solução que contemple a demanda dos alunos.

e) Móveis e equipamentos

Em 97,7% das escolas visitadas, foram encontrados menos de dez móveis, destinados a alunos e servidores, danificados, e 8,5% dos estudantes entrevistados declararam que as salas de aula não possuem carteiras em número suficiente para todos os alunos.

Quanto aos equipamentos pedagógicos (computadores, impressoras, *datashows*¹⁶ e outros aparelhos utilizados para preparação das aulas), em 63,0% das escolas visitadas foram encontrados objetos dessa natureza danificados, sendo que em 32,6% das unidades escolares havia mais de três equipamentos quebrados. Vale frisar que não foram considerados aparelhos inservíveis.

Por fim, dos *notebooks* localizados na sala de informática e destinados aos alunos (20 por escola), em 82,2% das unidades escolares não havia computadores danificados, em 15,6%, de um a três, e em 2,2%, quatro ou mais equipamentos quebrados.

f) Segurança predial

Das escolas visitadas, 91,1% possuía CIPA constituída, mas nenhuma contava com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio. É documento obrigatório para todos os prédios em que haja circulação de mais de 100 pessoas (Decreto estadual nº 56.819/11). Sem o documento, não é possível afirmar que as unidades possuíam as

¹⁵ Esquema alimentar disponível em <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/coordenadoria-de-alimentacao-escolar/programa-de-alimentacao-escolar/materiais-de-referencia/manuais-tecnicos/>

¹⁶ Aparelho multimídia utilizado para, com o auxílio de computador, projetar informações, slides, mensagens, vídeos ou textos em tela apropriada.

condições de segurança contra incêndios, o que pode oferecer risco aos alunos e funcionários.

g) Demais itens

Foram verificados outros itens relacionados à conservação predial das unidades e os principais problemas encontrados foram: infiltrações, 56,5%; necessidade de nova pintura, 48,9%; rachaduras e problemas no telhado, 44,4% e vidros quebrados, 44,1%.

3.4. Responsáveis

Bruno Caetano Raimundo – Secretário Municipal de Educação.

4. CONCLUSÃO

Do resultado do Programa de Visitas às Escolas de ensino fundamental da rede municipal durante o ano de 2019, destacam-se as seguintes constatações:

4.1. 15,2% das escolas visitadas possuíam período integral em 2019. Dessas, a maioria oferecia período integral apenas para o primeiro ano do ensino fundamental (84,7%) e somente uma escola possuía período integral para todos os anos do ensino fundamental **(item 3.3.1);**

4.2. Exceções feitas às salas de leitura e de informática, encontradas em todas as escolas, foram observadas muitas diferenças entre as unidades, tanto em relação à organização dos espaços, quanto à criação de ambiente. Das escolas visitadas, 91,3% possuíam quadra coberta, 67,4% parque infantil, 39,1% área verde destinada a atividades pedagógicas e apenas 8,7% das escolas possuíam laboratório de ciências **(item 3.3.2);**

4.3. Dos servidores da área administrativa, 35,5% eram readaptados, exercendo diversas atividades, a depender do teor do laudo médico e das funções atribuídas pela equipe gestora da escola. Nas escolas visitadas havia 296 docentes readaptados, uma média de 6,4 por unidade **(item 3.3.3);**

4.4. 79,6% dos gestores possuíam pós-graduação lato sensu, 5,8% mestrado e 0,7% doutorado. 91,2% declararam costumar participar de cursos e eventos oferecidos pela PMSP, sendo que, para 95,6% deles, os cursos de formação contribuem para a melhoria de sua atuação **(item 3.3.3);**

4.5. 93,3% dos gestores declararam que se sentem motivados a trabalhar na escola e 23,4% declararam trabalhar em outra escola, além da visitada **(item 3.3.3)**;

4.6. Há diferenças consideráveis na proporção de alunos por ATE, uma vez que, somente entre as unidades visitadas, pode-se assinalar que a amplitude do indicador ficou entre 60,2 e 242,1 alunos por auxiliar técnico **(item 3.3.3)**;

4.7. 56,8% dos ATEs declararam ter sofrido agressão verbal e 6,8% disseram já terem sido agredidos por alunos e/ou responsáveis pelos alunos **(item 3.3.3)**;

4.8. Mais da metade dos professores (53,4%) lecionavam nas escolas visitadas havia mais de 5 anos (13,9% havia mais de 15 anos) e 42,1% afirmaram atuar em outra instituição de ensino, sendo dois terços destes na rede estadual e um quarto, na municipal. Além disso, 97,1% dos docentes que declararam acumular cargos, afirmaram ter outro cargo de professor **(item 3.3.4)**;

4.9. Há 64,7% dos professores com títulos pós-graduação lato sensu, 6,6% com mestrado e 0,5% com doutorado **(item 3.3.4)**;

4.10. Quase um em cada cinco professores entrevistados (18,2%) afirmaram ter interesse em se remover a outra escola, enquanto 22,7% sentiam-se desmotivados. As principais razões apontadas pelos docentes para desmotivação foram a indisciplina dos alunos e a falta de participação dos pais, com 74,4% e 63,4% das respostas, respectivamente **(itens 3.3.3 e 3.3.4)**;

4.11. 59,0% dos professores consideraram suas condições de trabalho boas ou muito boas e 3,9%, ruins ou muito ruins **(item 3.3.4)**;

4.12. Dentre os profissionais consultados, os professores foram os que mais declararam estar insatisfeitos com sua remuneração (84,7%) **(item 3.3.4)**;

4.13. Os problemas mais citados por gestores e professores dizem respeito ao acesso à internet (59,7% e 74,0%, respectivamente) e à falta de participação dos pais no cotidiano da escola (43,3% e 56,5%, respectivamente). No mesmo sentido, 96,7% dos pais ou responsáveis afirmaram que deveriam participar mais no dia a dia da escola **(itens 3.3.4 e 3.3.5)**;

4.14. 69,6% dos estudantes e 71,4% dos pais de alunos avaliaram a unidade escolar como boa ou muito boa. Os alunos apontaram a falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros (72,7%), e as condições precárias dos sanitários (47,7%) como dois dos principais problemas das escolas. Agressão entre alunos também foi problema bastante citado pelos próprios estudantes, tendo sido lembrada por 46,5% dos alunos **(item 3.3.5);**

4.15. 65,2% dos gestores consideraram a frequência da ronda escolar insatisfatória e 6,5% afirmaram não haver ronda na escola. 55,2% dos pais avaliaram haver problemas envolvendo a segurança da escola **(item 3.3.5);**

4.16. 26,1% das escolas visitadas sofreram invasão, assalto ou furto em 2018, sendo que 6,7% não possuíam vigilantes. Em 66,6% delas o serviço era realizado por empresa terceirizada e em 26,7%, por vigia da PMSP (servidor efetivo) **(item 3.3.5);**

4.17. Casos de agressões verbais a servidores foram relatados por 51,9% dos gestores e 64,1% dos professores; 3,7% dos gestores e 14,0% dos professores declararam ter sido vítimas de agressão física de aluno ou responsável por aluno **(item 3.3.5);**

4.18. 45,5% dos professores declararam não haver livros didáticos suficientes para todos os alunos **(item 3.3.6.b);**

4.19. Quanto ao uso das peças do uniforme, a camiseta foi o item mais citado pelos estudantes sorteados, com pouco mais de 84,0% de adesão. No outro extremo está o tênis, com pouco mais de 14,0% de adesão. Além disso, 11,0% dos alunos declararam não usar nenhuma peça do uniforme **(item 3.3.6.c);**

4.20. Quanto aos motivos para a não utilização dos uniformes, destacam-se fatores estéticos (55,3% dos alunos declararam considerar os uniformes feios) e falta de qualidade das peças, apontada por 38,1% dos alunos **(item 3.3.6.c);**

4.21. Segundo 47,7% dos gestores que responderam o questionário, nem todos os alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que apresentaram laudo médico recebiam atendimento educacional especializado **(item 3.3.7);**

4.22. Em 88,6% das escolas foi registrada ausência de professor no momento da visita. Dentre as soluções relatadas pela equipe gestora para suprir a falta do professor,

destacam-se a permanência de alunos em outros espaços (aula vaga) e a dispensa de estudantes. A percepção dos alunos sobre as ausências dos professores coincidiu com o que foi relatado pela gestão: 30,8% dos estudantes afirmaram ficar com aula vaga e 6,6% relataram ser dispensados quando os docentes faltavam. Outro dado relevante acerca das faltas dos professores diz respeito às declarações dos ATEs: 38,2% afirmaram que às vezes ficavam em sala de aula, no caso de falta de professor **(item 3.3.8)**;

4.23. Em 73,5% das escolas a que se aplica a portaria referente a número mínimo de docentes, não havia professores em módulo em ao menos uma das áreas determinadas pelo normativo pertinente e em duas das escolas visitadas constatou-se quadro incompleto de professores regentes. Constatou-se, via Sistema EOL, que 7,9% das classes que compõem as escolas visitadas ao longo do ano estavam disponíveis, ou seja, sem aulas atribuídas a algum professor **(item 3.3.8)**;

4.24. A maioria dos alunos apontou como situação corriqueira em sala de aula o fato de os professores serem obrigados a esperar muito pelo silêncio dos estudantes (85,1%) e a existência de barulho e desordem na sala de aula (65,7%). Além disso, 27,4% afirmaram não entender a matéria, 21,7% disseram sentir falta de orientação para os estudos e 19,0% admitiram não ficar quietos durante as aulas **(item 3.3.8)**;

4.25. Pouco mais da metade das escolas visitadas e dos professores entrevistados afirmaram fazer devolutiva das avaliações externas para os alunos **(item 3.3.8)**;

4.26. 60,9% das escolas não são acessíveis (deficientes físicos não conseguem chegar a todos os ambientes) e em 22,2% das unidades escolares, não há sanitários específicos para deficientes **(item 3.3.9.b)**;

4.27. Somente 25,6% das unidades escolares possuíam, nos banheiros de alunos, sabonete líquido junto às pias dos banheiros e 30,2%, papel toalha. Em 25,6% das escolas não foi encontrado papel higiênico e em 58,1% não foram encontrados assentos nos vasos sanitários **(item 3.3.9.c)**;

4.28. Em 9,7% das escolas, a refeição servida no dia não estava de acordo com o estabelecido no cardápio e em 22,2% das unidades visitadas, o cardápio não estava afixado no refeitório **(item 3.3.9.d)**;

4.29. 46,6% dos pratos pesados pela equipe de auditoria apresentaram porcionamento

menor do que o estipulado nos manuais da SME e 37,6% dos alunos responderam repetir as refeições frequentemente **(item 3.3.9.d)**;

4.30. A equipe de auditoria não identificou nenhum tipo de controle de distribuição de refeições em 26,3% das unidades visitadas **(item 3.3.9.d)**;

4.31. Quanto à adesão às refeições servidas nas unidades escolares, 29,0% dos alunos entrevistados afirmaram nunca consumir a merenda e 31,8% dos que declararam não comer todos os dias na escola apontaram como causa da rejeição o cardápio em alguns dias. 44,8% dos estudantes afirmaram não comer peixe, 40,1%, ovo e 37,4%, proteína de soja **(item 3.3.9.d)**;

4.32. Em 63,0% das escolas visitadas foram encontrados equipamentos pedagógicos danificados, sendo que em 32,6% das unidades escolares havia mais de três equipamentos quebrados **(item 3.3.9.e)**;

4.33. Nenhuma das escolas visitadas contava com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) **(item 3.3.9.f)**.

5. RECOMENDAÇÕES

Diante das constatações alcançadas ao longo do trabalho, recomendamos à Secretaria Municipal de Educação que:

5.1. Observe o elemento *efetividade* da política pública, durante a implantação das medidas previstas na meta 22.5 do Programa de Metas da PMSP, biênio 2019/2020 – implementação de internet de alta velocidade em todas as unidades escolares da RME –, uma vez que o problema mais citado por gestores e professores ao longo desta edição do PVE diz respeito ao acesso à internet **(item 3.3.5)**;

5.2. Verifique a forma de distribuição e acesso aos livros didáticos, dado que quase a metade dos professores do ensino fundamental II relataram não possuir livros de sua disciplina para todos os alunos **(item 3.3.6.b)**;

5.3. Faça as adaptações necessárias nas unidades escolares para que se possa cumprir o estabelecido na Lei de Acessibilidade **(item 3.3.9.b)**;

5.4. Promova treinamento específico aos gestores sobre gestão/fiscalização de contratos,

em especial os de limpeza e merenda, pois se verificou, durante as visitas, diversos descumprimentos contratuais **(item 3.3.9.c)**;

5.5. Regularize a situação das escolas que não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), pois nenhuma das escolas visitadas contava com este documento em suas dependências, embora ele seja obrigatório para todos os prédios em que haja circulação de mais de 100 pessoas **(item 3.3.9.f)**;

5.6. Reformule a sistemática de aquisição e distribuição de uniformes escolares, uma vez que foi constatada a baixa utilização dos itens pelos alunos (com exceção da camiseta), frente ao expressivo montante gasto anualmente **(item 3.3.6.c)**;

5.7. Tome medidas no sentido de dotar a RME de uniformidade acerca das práticas pedagógicas atinentes à alimentação, evitando prejuízos à autonomia do aluno ao longo de sua jornada estudantil – apenas 10,8% das unidades escolares visitadas contavam com sistema de autosserviço em funcionamento, enquanto, segundo dados levantados por CODAE, 40% das EMEIs já adotavam, em 2019, o autosserviço como prática pedagógica **(item 3.3.9.d)**.

Em 18.12.2019

ADRIANO ALVES DOTO
Agente de Fiscalização

BÁRBARA POPP
Agente de Fiscalização

SILVIA YURI MATSUMOTO
Agente de Fiscalização

JOÃO ROBERTO FERNANDES DE LIMA
Supervisor de Equipe de Fiscalização e Controle 4

AAD/BP/SYM
R.P.: LYYT